

## UM BALANÇO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA SOBRE A ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA INTERNACIONAL

Thalita Franciely de Melo Silva (UEPB)  
thalita.fmelo@gmail.com

**Resumo:** A gestão presidencial do governo Lula priorizou em sua política externa a solidariedade internacional por meio da assistência humanitária internacional a países atingidos por calamidades socionaturais. Para tanto, foi fundamental o entendimento a respeito da necessidade de coordenar conjuntamente os órgãos governamentais e a sociedade civil, por meio de uma dinâmica multidisciplinar e participativa. Este artigo objetiva explicar a política externa brasileira (PEB), no tocante às questões referentes à assistência humanitária internacional prestada pelo Brasil durante os dois mandatos do governo Lula (2003-2010), ressaltando a relação fundamental da PEB com a sociedade civil, em que este ator colabora ativamente para a definição de estratégias sustentáveis e o monitoramento sobre a efetividade da assistência humanitária prestada pelo Estado brasileiro.

**Palavras-chave:** política externa. assistência humanitária. Lula.

**Abstract:** The presidential administration of Lula's government focused on international solidarity through international humanitarian assistance to countries affected by socio-natural disasters in its foreign policy. Hence, it was necessary to understand the need to coordinate jointly government agencies and civil society, through a multidisciplinary and participatory dynamic. This paper aims at explaining the Brazilian foreign policy, in matters relating to international humanitarian assistance provided by Brazil during Lula's two terms (2003-2010), highlighting the fundamental relationship between PEB and civil society, in which this actor collaborates actively to the definition of sustainable strategies and to monitor the effectiveness of humanitarian assistance provided by the Brazilian state.

**Key-words:** Foreign policy; Humanitarian assistance; Lula.

### Considerações Iniciais

A política externa brasileira (PEB) é marcada pela solidariedade internacional no campo da assistência humanitária internacional. O que valoriza uma postura brasileira em torná-la um instrumento privilegiado de atuação da PEB no cenário internacional. Para tanto, a atuação da sociedade civil se consagra como um elemento fundamental na prevenção e no controle social sobre a efetivação de políticas públicas brasileira no que tange a temática.

Tendo em vista a necessidade de compreender a dimensão real da PEB no campo da assistência humanitária, faz-se necessário aprofundar a discussão sobre esta temática, servindo de base para futuras e aprofundadas análises relativas ao tema. O presente estudo pretende ser um avanço inicial nas pesquisas referentes ao tema, desenvolvidas a partir de uma revisão bibliográfica e relatórios apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores, levando em consideração que o debate acadêmico e a conceituação sobre assistência

humanitária internacional ainda são escassos na literatura brasileira das relações internacionais.

Neste sentido, o presente estudo se propõe a discutir a atuação da PEB no que tange à assistência humanitária internacional, durante os dois mandatos do governo Lula. As práticas humanitárias durante esse governo possibilitaram uma mudança da inserção brasileira nos quadros internacionais de assistência humanitária. Segundo Tambourgi (2012), de 2006 a 2010, o total disponibilizado pelo governo brasileiro para assistência humanitária internacional aumentou cerca 170 vezes, revelando a importância desta temática para a PEB.

Por questões didáticas, o estudo foi dividido em três seções. A primeira objetiva conceituar a assistência humanitária internacional, relacionando com a PEB e visando compreender a projeção brasileira no cenário internacional mediante os esforços em consolidar um novo perfil global. A segunda seção pretende analisar a relação da PEB com a sociedade civil, compreendendo que este ator é fundamental na definição de estratégias sustentáveis e no monitoramento sobre a efetividade da assistência humanitária internacional prestada pelo Estado brasileiro. Na terceira seção, o objetivo é avaliar a efetivação das práticas de assistência humanitária brasileira no cenário internacional, expondo a atuação da PEB em vários países afetados por diversas crises sionaturais.

### **1. A Política externa do Governo Lula no âmbito da Assistência Humanitária**

A formulação e implementação de política externa são essenciais para o desenvolvimento do país. Para Pinheiro (2004), a política externa é o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente, mas não exclusivamente, o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos, sendo formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional.

A importância do Estado se destaca na capacidade de formular política externa, compreendendo formulação como a concepção de conduta em relação a um tema de natureza internacional, que se expressa em atos ou em palavras, em iniciativas ou reações, por parte dos atores privilegiados no cenário decisório e que se traduz, em última análise, como a posição do governo em determinados temas. Já implementação, é a aplicação de uma decisão, desde que, neste processo não se acrescente ou se altere substancialmente seu conteúdo.

Partindo desta compreensão acerca de formulação e implementação de política externa, Kenkel (2010) afirma que a PEB tem mostrado nítidos traços que o identificam como uma típica potência emergente, cuja PEB tem uma forte tendência a atuar por meio de

instituições multilaterais e por meio do constante apoio às normas e regras internacionais, agindo em favor de resoluções pacíficas dos conflitos, em que a “boa cidadania” rege a atuação brasileira no cenário internacional.

No governo do presidente Lula (2003-2011), a PEB enfatizou esforços na consolidação de um novo perfil global, em especial, no tocante às questões referentes à assistência humanitária internacional, refletindo uma convicção sobre o papel internacional brasileiro no cenário internacional. Segundo o chanceler do governo Lula, o Ministro Celso Amorim, a diplomacia brasileira nesse período significou uma gestão “ativa e altiva”, com ênfase em temas como o multilateralismo, a cooperação Sul-Sul e a liderança brasileira regional (LIMA, 2012).

A despeito disso, Vizentini (2003) acredita que, neste governo, houve uma reavaliação do papel do Brasil como potência média e nação emergente e de uma diplomacia de alto perfil, adequada a suas capacidades e necessidades. Para este autor,

a diplomacia política, por sua vez, representa um campo de reafirmação dos interesses nacionais e de um verdadeiro protagonismo nas relações internacionais, com a intenção real de desenvolver uma “diplomacia ativa e afirmativa”, encerrando uma fase de estagnação e esvaziamento (VIZENTINI, 2005, p.388).

Diante disso, a PEB de assistência humanitária se consagrou como um campo de atuação privilegiada do Estado brasileiro. Segundo a *Global Humanitarian Assistance* (2013), assistência humanitária compreende a prevenção a desastres, ajuda à reconstrução, coordenação, proteção e serviços de apoio, ajuda alimentar de emergência e de socorro. Esta definição estrita é regida pelos princípios da neutralidade e imparcialidade.

O Ministério das Relações Exteriores, em seu balanço de Política Externa (2003-2010), entende que assistência humanitária é destinada a situações de calamidade pública, a convulsões sociais, a catástrofes naturais ou causadas pelo homem, aos conflitos armados, à insegurança alimentar aguda, ao risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos ou humanitários.

O Estado brasileiro se baseia na prestação de assistência humanitária internacional, em conformidade com os princípios regidos nas Resoluções 46/182 e 58/114 da Assembléia Geral das Nações Unidas, a saber: Humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência, A assistência humanitária pode ser solicitada expressamente pelo país recipiendário ou bilateralmente, por intermédio das Nações Unidas, em virtude de pedidos humanitários.

Segundo Sousa Neto (2011), a PEB, nessa gestão, foi pautada pelo entendimento da noção de responsabilidade de proteger, cujo equilíbrio entre não intervenção e respeito aos direitos humanos se tornou fundamental para a PEB. Esta responsabilidade pode ser entendida como uma tentativa clara de relacionar estas noções a políticas e escolhas concretas, a serem implementadas pelos Estados.

A atuação brasileira no governo Lula, no que tange a assistência humanitária internacional, destacou-se no campo da segurança alimentar, nas questões referentes à saúde e ao suprimento de remédios, em situações emergenciais de desastres naturais etc. Para Vizontini (2005), o país pôde ser considerado como protagonista com capacidade de negociar e foi portador de um projeto internacional que contribuiu para inserir a agenda social na globalização. Nesse sentido, o Brasil propôs medidas e programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar desenvolvidos internacionalmente.

O Programa de Aquisição de Alimentos é um referencial em assistência humanitária prestada pelo Brasil e se refere ao fomento ao acesso alimentar às populações em situação de insegurança alimentar, proporcionando a inclusão social e econômica no seio da agricultura familiar. Segundo o MDS (2012), o PAA - África foi desenvolvida no Níger, em Maluí, Moçambique, no Senegal e na Etiópia. A proposta é que os países africanos formulem suas próprias políticas de compra de alimentos com base na experiência brasileira, cuja ajuda humanitária internacional está prevista na Lei nº 12.429, de 20 de junho de 2011, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, para assistência humanitária internacional.

O coordenador geral de Ações Internacionais de Combate à Fome no Governo Lula, o Ministro Milton Rondó Filho, em uma palestra na “Visão Mundial” (ONGD cristã, com fins de promover justiça e assistência às populações vulneráveis, para que estas alcancem seu potencial pleno) afirmou que (2012, p.3),

a gente tem um fundo junto ao programa mundial de alimentos para fortalecimento de programas nacionais de alimentação escolar, e são impressionantes, alguns casos, como Timor Leste, se relata que as mães chegam com a criança, se tem comida elas ficam, se não tem comida elas voltam. Então a gente tem tentado trabalhar muito no desenvolvimento local, fazendo assistência humanitária, mas com um olho, com uma visão estruturante, não ficar enxugando gelo, não ficar colocando excedentes que não encontram o mercado.

Segundo o Ministro, quando se fala em direito à alimentação, está -e falando de um direito que é fundamental e universal, que não está limitado por nenhuma fronteira e que o Brasil tem por obrigação proteger, promover e prover; entendimento este que revela o caráter da PEB, cuja noção de responsabilidade de proteger foi efetivada na prática e que a solidariedade com a África foi tema central (VIZENTINI, 2005, p. 390).

Outro programa de atuação brasileira, reconhecido pela comunidade internacional, foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que objetivou contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e à formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos (BRASIL, 2010). Foram desenvolvidas parcerias, diretamente ou por meio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (ONUAA), do Programa Mundial de Alimentos (PMA) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE). Barros (2005) afirma que, este programa alcançou bons resultados junto à produção local, em países como à Colômbia, a Guatemala e Costa Rica.

Segundo Landal (2010, p.7), a PEB foi marcada pela “diplomacia da generosidade, concepção segundo a qual, o Brasil foi o país líder da região, tendo a obrigação moral e política de socorrer as nações menores”. O Brasil assumiu um protagonismo internacional, concertado na participação efetiva nos principais fóruns internacionais e assuntos que afetaram o cenário internacional.

A postura da PEB, no que tange a assistência humanitária internacional, permitiu a existência de um diálogo efetivo com a sociedade civil durante os oito anos do governo Lula, caracterizando uma postura diferencial desta gestão refletida em um olhar humanitário a países atingidos por calamidades socionaturais.

## **2. Participação e controle social como estratégia de assistência humanitária brasileira**

A participação da sociedade civil e o controle constitui elementos essenciais para a eficácia da assistência humanitária brasileira, tanto no âmbito doméstico quanto no internacional. No âmbito interno, a sociedade civil atuou por meio da colaboração para definição de estratégias sustentáveis, por exemplo, participando ativamente no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Sobre a importância da sociedade civil, no que tange a segurança alimentar, é fundamental

assegurar o direito humano à alimentação e colocá-lo em prática com o envolvimento de toda a sociedade é uma obrigação do Estado, tanto no contexto das relações nacionais como internacionais. Esse é um compromisso do Brasil. E o país está caminhando a passos firmes nessa direção. [...] A organização da sociedade é condição essencial

para as conquistas sociais e para a superação definitiva da pobreza. O CONSEA estimula a organização da sociedade para que ela faça a sua parte na formulação, execução e acompanhamento de políticas de segurança alimentar e nutricional, formados pelo poder público e por representantes da sociedade civil organizado (CONSEA, 2003, p.1).

A participação desse ator no Conselho supracitado possibilitou o monitoramento sobre a efetividade da assistência humanitária a ser oferecida ao país receptor, em particular, no que diz respeito à segurança alimentar, nutricional e o desenvolvimento agrícola. Sendo assim, a participação da sociedade civil pode ser entendida como canais informativos, que, por meio destes, fiscalizam a eficiência a ser prestada. Este ator participou, também, enquanto ator da PEB, por meio de doação de alimentos em campanhas de arrecadação de fundos para apoio a projetos de assistência humanitária, em especial, os projetos ligados às Nações Unidas.

Outro exemplo da participação da sociedade civil, foi na Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária, integrando a Comissão juntamente com Itamaraty. O objetivo foi definir diretrizes para a reorganização do Sistema Nacional de Defesa Civil e orientar ações de defesa civil nos princípios de prevenção e assistência humanitária, como políticas de Estado para a garantia do desenvolvimento social. Esta Conferência possibilitou a criação do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI) e contou com a participação de vários observadores de organizações de sociedade civil, movimentos sociais e representantes de instituições de ensino e de entidades de cunho religioso. A criação do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI), pelo Decreto de 21/6/2006, fez o Governo brasileiro intensificar a prestação coordenada de assistência humanitária. O GTI-AHI permitiu aprimorar a capacidade de resposta brasileira a situações de calamidade sicionatural.

As diretrizes aprovadas nesta Conferência revelam a intenção da PEB de manter um diálogo aberto com a sociedade civil. No Caderno de Diretrizes aprovadas pelos representantes governamentais em discussão com a sociedade civil, foram estabelecidas algumas medidas sobre articulação institucional a serem adotadas (MI, 2010, p.13), conforme segue abaixo:

Atuação interinstitucional e intersetorial para implementar programas de defesa civil nas três esferas de governo, com articulação integrada entre os órgãos governamentais visando garantir recursos financeiros aos institutos de ensino, universidades, cruz vermelha brasileira e sociedade para garantir a eficácia das ações de defesa civil (82% de aprovação).

[...]

O estabelecimento de parcerias com a área judicial, ONGs, setores governamentais, sociedade civil organizada, conselhos profissionais, universidades, empresariados, consórcios, visando assegurar a complementaridade de ações e benefícios de atendimento a desastres e projetos preventivos (86% de aprovação).

O GTI-AHI permitiu grandes avanços, como a elaboração de minuta de Projeto de Lei nº. 737/2007, que teve a finalidade de fornecer arcabouço jurídico amplo para a ação de todos os integrantes do Governo brasileiro, no que diz respeito à assistência humanitária internacional. Este Projeto de Lei (Nº 737-A, de 2007, do Poder Executivo, MSC Nº 230/07 Aviso Nº 290/07 – Casa Civil) foi consequência da “urgente necessidade de sanar a lacuna legislativa existente, a fim de nosso país efetivamente contribuir de maneira mais rápida e eficaz nos auxílios humanitários internacionais” (BRASIL, 2007, p. 2-3).

O GTI-AHI propiciou, também, a elaboração de minuta do Plano Nacional de Assistência Humanitária, que envolveu diversos Governos estaduais, na prestação de assistência humanitária internacional pelo Brasil. A exemplo destes estados, destacam-se Rio Grande do Sul, Bahia, Santa Catarina e Paraná.

Um aspecto significativo referente à participação da sociedade civil foi o envolvimento ativo de setores representativos na prestação de assistência humanitária, como os movimentos sociais, as entidades religiosas, as organizações, as comunidades brasileiras no exterior, os líderes comunitários etc., atuando na prevenção e no controle social sobre a efetivação de políticas públicas brasileiras, no que tange à assistência humanitária.

O controle social foi usado como estratégia de assistência humanitária brasileira, na transferência de políticas públicas. A exemplo disto, destacam-se iniciativas como a primeira fábrica de medicamentos contra AIDS da África, em Moçambique; as fazendas experimentais de arroz no Senegal e de algodão em Mali; os projetos agropecuários de combate ao trabalho infantil e de capacitação de docentes para o ensino de português no Timor Leste; e a implantação de bancos de leite humano em 22 países da África e América Latina (IPEA, 2009). Nesse contexto, o envolvimento da sociedade civil com as comunidades do país receptor propiciou o fortalecimento dos mecanismos de controle e avaliação de resultados alcançados.

Nesse sentido, os mecanismos de controle social poderiam atuar em proposição de ações e de “melhores práticas” em assistência humanitária. Uma postura que foi defendida pelo governo brasileiro em negociações internacionais, com base nos mecanismos de controle social desenvolvidos no âmbito nacional, estimulando a interação da sociedade civil

e com o governo, na formulação e na implementação de políticas públicas. Na gestão do Governo Lula, a prestação de assistência humanitária internacional, como instrumento de política externa, foi fundamental e eficaz em resposta a diversas situações que demandaram atenção especial, no que tange à solidariedade internacional. Ao se colocar em pauta o tema, tornou-se possível a estruturação de uma política externa humanitária solidária, caracterizada pela coordenação interministerial e pela intensa participação da sociedade civil no que diz respeito ao tema discutido.

### **3. Avaliando os resultados no campo da Assistência humanitária**

Na gestão do presidente Lula, o governo brasileiro ajudou mais de 50 países afetados por terremotos, epidemias de doenças, fome, secas, tsunamis e conflitos domésticos. Segundo Kenkel (2010, p.30),

o Brasil começou a enviar ajuda para países vizinhos, principalmente durante crises de saúde pública e alimentação, o orçamento brasileiro de ajuda humanitária e de desenvolvimento triplicou nos últimos dois anos e, contando todas as fontes de verba governamental, chegou ao nível dos US\$ 4 bilhões anuais – um nível parecido com o de doadores tradicionais como Canadá e Suécia.

Destaca-se, a atuação brasileira no terremoto ocorrido no Chile, em fevereiro de 2010. A assistência humanitária brasileira foi prestada ao povo chileno, por meio do “Armazém Humanitário”, que, no Brasil, foi na cidade do Rio de Janeiro, em fevereiro de 2009, para atender mais prontamente às demandas recebidas pelo País, e cuja recente reserva permanente de alimentos beneficiou a população atingida pelo tsunami, aumentando a capacidade de distribuição de alimentos no país. A assistência humanitária prestada pelo Brasil também atuou no envio de hospitais de campanha da Marinha e de equipes de resgatistas ao Chile.

O Brasil foi efetivo na ajuda à população equatoriana, no evento de 2006, quando o vulcão *Tungurahua*, entrou em erupção, ocasionando o deslocamento de mais de 19 mil pessoas, sobretudo, nas províncias de *Tungurahua*, *Bolívar* e *Chimborazo*. O governo brasileiro enviou 11 toneladas de medicamentos doados pelo Ministério da Saúde e 3,3 toneladas de alimentos dos estoques que a Defesa Civil mantém junto à Companhia Nacional de Abastecimento. Além disto, disponibilizou especialistas em saúde ambiental, que tiveram o objetivo de identificar situações de risco decorrentes dos impactos ambientais causados pela erupção vulcânica sobre a saúde da população (MRE, 2006).



Na América Central e Caribe, o Brasil prestou assistência humanitária aos países atingidos pelos furacões Ike, Gustav e Hannah, no ano de 2008. Para a Agência Brasileira de Inteligência (2009), esta ajuda pode ser considerada o início da maior operação de ajuda humanitária já realizada pelo Brasil, beneficiando diversos países, como Cuba, Honduras e Haiti.

Podem ser ressaltadas outras assistências humanitárias, como o apoio às populações desfavorecidas no Sudão, no ano de 2010, que segundo Kenkel (2010, p. 30), foram “as iniciativas recentes de maior porte na área humanitária, que incluiu US\$500.000 em doações para o Sudão e R\$527.000 para os campos de refugiados *sahrawis* na Argélia”. Destacam-se também, a proteção de grupos vulneráveis na Mongólia, em virtude do inverno rigoroso na região, e as iniciativas de combate a epidemias, como a dengue e a AIDS, em populações dos Países da América Central.

As ações brasileiras, no que tange à assistência humanitária internacional, foram prestadas aos refugiados de *Nahr El- Bared*, no Líbano e no Haiti, que contaram com o apoio de várias agências humanitárias, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM). Os países que sofreram com tsunamis e terremotos na América Central receberam ajuda brasileira e auxílio com doações de alimentos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Programa Mundial de Alimentos, além da assistência prestada pelo Movimento da Cruz Vermelha e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Destaca-se também, a participação brasileira na Conferência de Doadores para o Haiti. O objetivo desta conferência foi ajudar o governo haitiano na recuperação e o no desenvolvimento econômico e social deste país. Um comunicado conjunto foi emitido pela Secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, e pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, expressando o desejo de fortalecer a ajuda ao governo haitiano, ambos os países,

manifestaram seu forte compromisso de apoiar a Conferência de Doadores, a realizar-se em 31 de março de 2010, em Nova York, bem como o plano de reconstrução do Haiti e de atendimento às necessidades pós-desastre a ser apresentado pelo Governo do Haiti. Concordaram igualmente com a criação de um fundo fiduciário para financiar a reconstrução do Haiti a partir de suas próprias prioridades nacionais (MRE, 2010, p.318).

No que tange às concertações políticas regionais, no ano de 2009, o Brasil apoiou a criação da “Reunião Especializada de Redução de Risco de Desastres Socionaturais, Defesa Civil,

Proteção Civil e Assistência Humanitária (REHU)”. A REHU se deu em consequência do aumento de desastres naturais e da necessidade de uma instância específica na estrutura do Mercosul que permitisse a adoção de mecanismos de coordenação entre os organismos e instituições governamentais na gestão de riscos, defesa civil, proteção civil e assistência humanitária. A REHU dispõe de parcerias no Centro para a Prevenção dos Desastres Naturais na América Central (CEPREDENAC), na Agência Caribenha de Manejo de Resposta Emergencial a Desastres (CDEMA) e no Comitê Andino para a Prevenção e Assistência de Desastres (CAPRADE).

Em setembro do mesmo ano, o Brasil organizou, na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, a II Reunião Regional de Mecanismos Internacionais de Assistência Humanitária (II RRMIAH), em parceria com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA). A II RRMIAH reuniu vinte países e doze organizações que discutiram acerca da importância da articulação entre os países da América Latina e Caribe, com o objetivo de criar e manter ferramentas e mecanismos de comunicação eficientes à assistência humanitária (CEPED, 2009).

No âmbito da integração latinoamericana, no ano de 2008, o governo brasileiro auxiliou a Agência Caribenha de Manejo de Resposta Emergencial a Desastres (CDEMA), em ações de respostas a desastres e reconstruções em países do Caribe. A assistência prestada a CDEMA foi fortalecida na Cúpula da América Latina para Integração e Desenvolvimento (CALC), em 2008, e afirmada em abril de 2010, durante a I Cúpula Brasil – CARICOM.

Ainda neste âmbito, o Brasil passou a integrar a Iniciativa “*Good Humanitarian Donorship*” (GHD), cujo fórum informal de doadores e de rede facilitou o avanço coletivo de princípios do GHD e de boas práticas, estimulando a melhoria da ação humanitária melhorada. Além disto, o Brasil integra o Grupo Consultivo da “*Global Facility for Disaster Reduction and Recovery*” (GFDRR) do Banco Mundial, que tem por objetivo reduzir o sofrimento humano e perdas econômicas, causadas por desastres naturais e provocadas pelo homem. Nas Nações Unidas, o Brasil integra o “*Humanitarian Liaison Working Group*”, atuando em questões operacionais e de coordenação em situações humanitárias, com foco na violência baseada no gênero.

Assim, os diversos resultados alcançados no âmbito da assistência humanitária internacional revelam que esta temática, durante o governo Lula, tornou-se prioritária em sua gestão. A postura adotada pela PEB possibilitou que a ajuda humanitária se tornasse efetiva e

assertiva no cenário internacional, prestando auxílio aos diversos países necessitados ao redor do mundo.

### **Considerações Finais**

A assistência humanitária em sua dimensão real, faz parte da PEB, em especial, na gestão do Governo Lula. Em seus dois mandatos, a PEB consolidou esforços em favor de uma postura humanitária, que foi fruto da convicção sobre o papel que o Brasil deveria assumir no plano internacional, em especial no que tange às questões referentes à assistência humanitária, cujo papel de *global player* se destaca dentro da estrutura do cenário internacional.

Além disso, nessa gestão, deu-se início à expansão e à coordenação das práticas humanitárias, com foco em determinadas situações de emergência, como calamidades naturais e conflitos, casos de insegurança alimentar e nutricional etc. Essas iniciativas humanitárias, proeminentes recrudescem o prestígio brasileiro internacional, agregando valor à imagem internacional do país.

Nesse contexto, a participação da sociedade civil e o controle social como estratégia de assistência humanitária brasileira da PEB se tornaram elementos fundamentais para que a assistência humanitária internacional se tornasse eficaz e ativa. A relação entre sociedade civil e Estado eleva o caráter da PEB, pois permite a formulação e a implementação de políticas públicas de assistência humanitária com auxílio da sociedade civil, que atua como parceiro e ator significativo dentro dessa dinâmica.

Quanto aos resultados verificados, nota-se que a PEB foi atuante no cenário internacional. As práticas humanitárias brasileiras foram levadas para vários países, por meio de projetos e ações, o que permitiu uma atuação brasileira pautada no princípio regido pelas Nações Unidas, em realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, o que permite afirmar que a assistência humanitária internacional prestada pelo Brasil se caracteriza como um campo de atuação privilegiada na gestão do governo Lula.

### **Referências**

ABIN. (2009). **Brasil envia a três países ajuda humanitária recorde**. Disponível em <<http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=3911>>. Acesso em 06 fev.2013.

BRASIL. (2007) **Diário da Câmara dos Deputados**. ANO LXII - Nº 157 - SÁBADO, 1º DE SETEMBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01SET2007.pdf#page=54>>. Acesso em 02 fev.2013.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES. (2009). **II Reunião Regional de Mecanismos Internacionais de Assistência Humanitária ocorre em Florianópolis**. Disponível em: <<http://www.ceped.ufsc.br/noticias/ii-reuniao-regional-de-mecanismos-internacionais-de-assistencia-humanitaria-ocorre-em-flori>>. Acesso em 28 jan. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. (2003). **Fome Zero**. Disponível em: <<http://www.agricultura.pe.gov.br/downloads/cansea/CONSEA.pdf>> Acesso em 01 fev. 2013

GLOBAL HUMANITARIAN ASSISTENCE. (2013). **Concepts-Definitions**. Disponível em: <<http://www.globalhumanitarianassistance.org/data-guides/concepts-definitions>>. Acesso em 08 fev.2013

INFANTE BARROS, A. (2005) **Inventario de los programas de alimentación escolar en América Latina**. Infome Final. Programa Mundial de Alimentos, FAO, Mimeografado.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (2009). **Cooperação internacional - Ajuda ao próximo e ao distante**. Disponível em: <[http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2491:catid=28&Itemid=23](http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2491:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em 09 fev.2013

LANDAL, Georges. D. (2010) A diplomacia Latino-Americano do Governo Lula. In: O Brasil no contexto político regional. **Cadernos ADENAUER** (São Paulo), 4: 24-33.

LIMA, Melina Moreira Campos. (2012). **A multiplicação de atores governamentais na diplomacia brasileira: um estudo da participação de instituições públicas nacionais em projetos na África**. Brasília: ABRI.

KENKEL, Kai Michael. (2010) Democracia,ajuda humanitária e operações de paz na política externa brasileira recente: as escolhas de uma potência emergente. In: O Brasil no contexto político regional. **Cadernos ADENAUER** (São Paulo), 4: 24-33.

MI. (2010). **1ª Conferência Nacional de Defesa Civil E Assistência Humanitária: Por uma ação integral e contínua**. Florianópolis: CEPED UFSC.

MRE (2006). **Ajuda humanitária ao Equador**. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2006/09/12/ajuda-humanitaria-ao-equador>>. Acesso em 08 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. (2010) **.Assistência Humanitária**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/7.1.10-assistencia-humanitaria/view>> Acesso em 03 fev. 2013

MDS. (2012). **Experiência do Programa de Aquisição de Alimentos vai a cinco países africanos**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2012/julho/experiencia-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos-vai-a-cinco-paises-africanos/>> . Acesso em 05 jan. 2013.

PINHEIRO, Letícia de Abreu. (2004) **Política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

SOUZA NETO, D. M. (2011) A política externa brasileira nos 8 anos do governo Lula: legados e lições para a inserção do Brasil no mundo. In: DE PAULA, M. (org.). “**Nunca antes na história desse país**”...? **Um balanço das políticas do governo Lula**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll.

TAMBOURGI, Patrícia Vilarinho. (2012). **O Brasil e a Assistência Humanitária Internacional: prática, discurso e tendência**. Disponível em: <[http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/defesas/Patricia\\_tambourgi.pdf](http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/defesas/Patricia_tambourgi.pdf)> Acesso em 19 Jan.2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. (2010) **Cartilha para conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Tribunal de Contas da União. -- 5. ed. -- Brasília : TCU.

ONU (2004). **Resolution adopted by the General Assembly**. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/58/114&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/58/114&Lang=E)>. Acesso em 01 fev.2013.

\_\_\_\_\_. (1991). **Resolutions adopted without reference to a Main Committee**. Disponível em<[http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/46/182&Lang=E&Area=RESOLUTION](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/46/182&Lang=E&Area=RESOLUTION)> Acesso em: 20 jan.2013

VISÃO MUNDIAL. (2012). **Ações Contra a Fome e Assistência Humanitária Internacional**. Disponível em: <<http://www.visaomundial.org.br/files/documentos/1070f4e91966bc52b01ae26426753601.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2013.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. (2005) De FHC a Lula – Uma década de política externa (1995-2005).– **Revista de Ciências Sociais**, 5 (2): 381-97, Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9/1602>>. Acesso em 25 jan. 2013.